



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA GP N. 27, DE 23 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2007, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

TARCÍSIO ALBERTO GIBOSKI  
Desembargador-Presidente

(DOU 29/05/2007)

ANEXO ÚNICO, PORTARIA N. 27/2007

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2006 A ABRIL/2007  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I - R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em restos a pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	736.974	19.845 16.249	756.819
Pessoal Ativo	531.015	16.249	547.264
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	3.185		3.185
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	14.831		14.831
Demais Despesas com Pessoal Ativo	512.999	16.249	529.248
Pessoal Inativo e Pensionistas	205.959	3.596	209.555
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0		0
(-)Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	195.903	17.222	213.125
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	18.196		18.196
Despesas de Exercícios Anteriores	813	17.222	18.035
Inativos e Pensionistas com Recursos	176.894		176.894
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I-II)	541.071	2.623	543.694
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			357.359.177
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V)= / (III/IV) x 100]	0,151408%	0,000734%	0,152142%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,334678%			1.196.003
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,317944%			1.136.202

FONTE: SIAFI

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em

restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados,

consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No item "Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)", o valor de R\$10.930 (em milhares de reais) refere-se a Precatórios e R\$3.901(em milhares de reais) refere-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV).

3) Este Regional executou, em milhares de reais, R\$4.646 referente a Precatórios da Administração Indireta - Autarquias e Fundações, que recebeu através de destaque no orçamento e que neste relatório não estão incluídos na despesa com pessoal.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art.54, III, parágrafo único da LRF)

Des. TARCÍSIO ALBERTO GIBOSKI  
Presidente do Tribunal

LINA MARIA PINTO GONÇALVES  
Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES  
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

FERNANDO DE CASTRO CÉSAR  
Assessor de Controle Interno